

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

ATA Nº 150 “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)  
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO VALDIR BARRANCO (AD HOC)  
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO DR. LEONARDO (AD HOC)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido os Deputados Valdir Barranco e Dr. Leonardo para assumirem a 1ª e a 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS VALDIR BARRANCO E DR. LEONARDO ASSUMEM A 1ª E A 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE JULHO DE 2016, ÀS 08H.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - “OFÍCIO Nº 073/SES/CCONT/2016, datado em 29 de setembro de 2016, da Secretaria de Estado de Saúde - SES, ao Exmº Sr. Deputado Estadual Guilherme Maluf, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência Balancetes Financeiro e Orçamentário do Fundo Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso, relativo ao mês de agosto/2016, para conhecimento e análise.

Cordialmente,

JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA

Secretário de Estado de Saúde.”

“OFÍCIO Nº 075/SES/CCONT/2016, datado em 30 de setembro de 2016, da Secretaria de Estado de Saúde – SES, ao Exmº Sr. Deputado Estadual Guilherme Maluf, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência Balancetes Financeiro e Orçamentário da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, relativo ao mês de agosto /2016, para conhecimento e análise.

Atenciosamente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA  
Secretário de Estado de Saúde. ”

“Memorando nº 169/2016/GGM, do Gabinete do Deputado Guilherme Maluf, datado em 11 de outubro de 2016, endereçado à Consultoria Técnico-Jurídica.

Ilustríssimo Senhor Consultor,

Cumprimentando-o, e por meio do presente, justifico a ausência do Presidente, Deputado Guilherme Maluf, na Sessão Ordinária desta data em razão de cumprimento de agenda oficial da ALMT.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar minhas sinceras estima e consideração.

Atenciosamente,  
Paola Freitas Penna Silva Campos  
Assessoria Jurídica. ”

“Memorando nº 268/2016/GDEWC, do Gabinete do Deputado Wancley Carvalho, datado em 11 de outubro de 2016, endereçado ao Presidente da Assembleia Legislativa, Exmº Sr. Deputado Guilherme Maluf.

Senhor Presidente,

Venho por meio deste justificar a ausência do Deputado Wancley Carvalho na Sessão Ordinária desta terça-feira (11). O Parlamentar encontra-se em viagem ao interior do Estado.

Sem mais para o momento, desde já agradeço e ficamos à disposição.

Atenciosamente,  
TONY HAY-NIER CARLOS ALMEIDA  
Chefe de Gabinete  
MAT. 41.112.”.

“Ofício nº 50/2016, do Ministério da Justiça, em resposta às Indicações nºs 993, 994, 995 e 1.029/2016, de autoria da Deputada Janaina Riva; Ofício nº 992/2016, do Ministério da Saúde, em resposta à Indicação nº 740/2016, de autoria do Deputado Oscar Bezerra; Ofício nº 05/2016, da OI, em resposta ao Requerimento nº 185/2016, de autoria do Deputado Zeca Viana; Ofício nº 634/2016, da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – EMPAER, em resposta à Indicação nº 872/2016, de autoria do Deputado Pedro Satélite; Ofício nº 474 e 481/2016, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs 896/2016, de autoria do Deputado Oscar Bezerra, e nº 802/2016, de autoria do Deputado Wancley Carvalho; Ofício nº 1.876/2016, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em resposta à Indicação nº 594/2016, de autoria do Deputado Guilherme Maluf; Ofícios nºs 818, 819, 820 e 821/2016, da Polícia Militar, em resposta à Indicação nº 332/2016, de autoria do Deputado Guilherme Maluf; Ofícios nº 1.227, 1.258 e 1.263/2016, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs 423/2016, de autoria da Deputada Maria Izaura, 441/2016, de autoria do Deputado Oscar Bezerra, e 1.003/2016, de autoria do Deputado Eduardo Botelho; Ofícios nºs 135, 143, 200, 202, 205, 207 e 137/2016, da Secretaria de Estado de Saúde, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs 391/2016, de autoria do Deputado Zé Domingos Fraga, 2.028/2016, de autoria da Deputada Janaina Riva, 447/2016, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, 816/2016, de autoria do Deputado Dr. Leonardo, 875/2016,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

de autoria do Deputado Baiano Filho, 489 e 488/2016, de autoria do Deputado Mauro Savi; Ofícios nºs 346 e 337, 982, 1.409, 1.416, 1.170, 1.171, 1.407, 1.417, 1.418, 1.419, 1.410, 1.411 e 1.408/2016, da Secretaria de Estado das Cidades, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs 474/2016, de autoria do Deputado Guilherme Maluf, 424/2016, de autoria da Deputada Maria Izaura, 1.018 e 1.017/2016, de autoria do Deputado Pedro Satélite, 221 e 194/2016, de autoria do Deputado Sebastião Rezende, 1.011, 1.008, 997, 1.002, 1.004, 1.006, 1.009 e 1.015/2016, de autoria do Deputado Eduardo Botelho, e 1.022 e 1.040/2016, de autoria do Deputado Dr. Leonardo.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

(O SR. DEPUTADO OSCAR BEZERRA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 18H01MIN.)

O SR. PRESIDENTE (OSCAR BEZERRA) – Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o nobre Deputado Dr. Leonardo.

O SR. DR. LEONARDO – Sr. Presidente, nobres Pares, que aqui estão, e aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, faço uso da palavra no Pequeno Expediente com muita alegria, como sempre venho aqui, para agradecer em especial a Vossas Excelências, Deputado Pedro Satélite, Deputado Valdir Barranco, Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Zé Domingos Fraga, o Deputado Oscar Bezerra, Deputado Zeca Viana, enfim, a todos os nossos companheiros, colegas desta Assembleia Legislativa que entenderam a mensagem.

A ZPE, senhores, até que enfim conseguimos! Mando um abraço, em especial, aos nossos queridos irmãos da região Sudoeste, em especial de Cáceres e toda a Grande Cáceres.

Saiu hoje o edital de aviso de licitação da Zona de Processamento de Exportação-ZPE. Essa é uma luta e agradeço a cada um dos senhores que compreenderam o discurso deste Deputado que mostrou que a ZPE deixou de ser só a ZPE de Cáceres e passou a ser a ZPE do Estado de Mato Grosso.

Agradeço ao Governador Pedro Taques que fez da ZPE uma política pública de desenvolvimento de atração de indústrias para o Estado de Mato Grosso.

Hoje, Sr. Presidente, com maior orgulho, saiu o edital de aviso de licitação da Secretaria de Estado de Cidades, a Concorrência 004/2016, da SECID, Processo Administrativo nº 124164/2016, o qual a Secretaria de Estado de Cidades, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que se fará realizar a abertura de licitação da modalidade Concorrência nº 004/2016, da SECID, com a finalidade de selecionar empresas de engenharias para execução de obras de implantação da Zona de Processamento de Exportação-ZPE no Município de Cáceres.

A abertura dos trabalhos dar-se-á no dia 16 de novembro de 2016, às 14h, no fuso horário nosso.

Sr. Presidente, saiu o edital e ficamos muito felizes porque é uma conquista de todo o Estado de Mato Grosso. Esse edital que agora foi lido, esse aviso de licitação da ZPE, que é uma realidade, é fruto de muito trabalho e de muito empenho.

A ZPE - Zona de Processamento de Exportação está localizada no Município de Cáceres e tornou-se realidade após muitas lutas. Muitos dos senhores que tem algum mandato, muita experiência nesta Casa, como o Deputado Pedro Satélite, acompanha essa discussão por muitos anos.

Quero agradecer a todos, junto comigo, que acreditaram na realização desse sonho. Agradecer mais uma vez ao Governador Pedro Taques pelo empenho; ao Prefeito Francis Maris,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

com quem estive junto em várias reuniões; ao Presidente desta Casa, Deputado Guilherme Maluf, e a cada um dos Srs. Deputados que colaborou para que pudéssemos fazer esse sonho se tornar realidade. Muito obrigado!

Eu fui Relator do Projeto de Lei, Sr. Presidente, que tornou o Governo do Estado sócio majoritário, o qual liberou o valor de mais 16 milhões para a primeira fase e, se Deus quiser, até dezembro deste ano sai a Ordem de Serviço para o início dessas obras.

Peço mais dois minutos, Sr. Presidente, para concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais dois minutos.

O SR. DR. LEONARDO - Quero dizer, Sr. Presidente, da minha felicidade. Muitos daqueles que não acreditaram e fizeram campanhas políticas dizendo que não iria se tornar realidade, principalmente agora, caíram por terra. Está aqui a verdade. Está aqui o empenho deste Deputado que tanto trabalhou nesse primeiro mandato, ou cada um de Vossa Excelência que nos ajudou a construir, a realizar, está aí o Edital para quem quiser ver, fiz questão de fazer a leitura e mostrar o seu número.

Com certeza, vamos acompanhar todo o cronograma que se segue até dezembro, onde daremos a Ordem de Serviço e começaremos os trabalhos, as construções. Virão os anos que vai se seguir a atração de indústrias, que não vai gerar renda só para aquela cidade, não só para uma região, gerará renda para todo o Estado de Mato Grosso.

O Executivo enviará a esta Casa uma Mensagem a qual, ainda, aprimoraremos. Além das benesses que dá a Zona de Processamento de Exportação, o Governo do Estado de Mato Grosso vai levar mais incentivos de ICMS, telecomunicação, energia e transporte; e a Prefeitura Municipal também, por meio do Prefeito Francis Maris, encaminhará umas isenções possíveis ao município, ISQN, IPTU, para que possamos tornar a ZPE do Estado de Mato Grosso a mais competitiva deste País.

Muitas empresas já nos procuram e, com certeza, no início dessas construções muitas virão para o Estado de Mato Grosso e surpreenderá com esse polo industrial que vai se formar aqui.

Eu não poderia deixar de agradecer, pelo povo de Cáceres, daquela região de Cáceres, a cada um dos senhores, meus companheiros, meus amigos, Deputados, que me apoiaram, que me ajudaram e fizeram com que esse sonho se tornasse realidade.

Parabéns, povo de Cáceres! Parabéns, região Sudoeste! Ganha Mato Grosso com industrialização e a ZPE tornou-se uma realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Parabéns, Deputado Dr. Leonardo, pela conquista!

Lembro-me muito bem que nos anos 90 já se falava sobre as ZPE, Zona de Processamento de Exportação de Cáceres, isso já faz em torno de 30 anos e Vossa Excelência, com certeza, com um trabalho brilhante conseguiu realizar este sonho para a região sudoeste do Estado, uma grande conquista para o Estado de Mato Grosso.

Portanto, parabéns a todos!

Nos termos do art. 118, § 1º do Regimento Interno, foram apresentadas proposições de autoria da Sr.<sup>a</sup> Deputada Janaina Riva:

INDICAÇÃO: “Indica ao Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia à Bancada Federal de Mato Grosso, a necessidade da implantação de uma Gerência Regional do Ministério do Trabalho no município de Alta Floresta.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente ao Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia a Bancada Federal de Mato Grosso, mostrando a necessidade de implantação de uma Gerência Regional do Ministério do Trabalho no município de Alta Floresta.

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de proposição legislativa que tem por objetivo indicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a necessidade da implantação de uma Gerência Regional do Ministério no município de Alta Floresta, o que beneficiará diretamente o município, bem como toda a região circunvizinha.

A implantação do que aqui se indica, trará novos modelos operacionais, técnicas modernas de gestão, capacitação dos servidores, fiscalização das empresas, entre diversas estratégias que trarão comodidade ao cidadão que precisar dos préstimos do Ministério do Trabalho e Emprego naquelas paragens, uma vez que com a implantação, o acesso do cidadão aos serviços, contribuirá para uma melhoria significativa dos serviços prestados.

Vale ressaltar, que um grave acidente com vítima fatal ocorreu no município de Matupá, que faz parte daquela região, justamente por falta de uma fiscalização mais rígida, uma vez que a Unidade do MTE em Sinop não consegue atender toda a demanda daquela região.

Desta feita, considerando o breve relato acima, é que apresentamos a presente indicação, contando com o apoio dos demais pares pela sua aprovação e empenho da Bancada Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego para sua execução.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de outubro de 2016.  
Deputada JANAINA RIVA – PMDB”

**INDICAÇÃO:** “Indica ao Exmº. Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Secretário de Estado de Cidades, a necessidade de reforma da cobertura do clube da Melhor Idade no município de Marcelândia.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº. Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Secretário de Estado de Cidades, mostrando a necessidade de reforma da cobertura do clube da Melhor Idade do município de Marcelândia.

**JUSTIFICATIVA**

A presente indicação tem como escopo a implantação de um Clube da Melhor Idade para o Distrito de Analândia localizado no município de Marcelândia.

A presente indicação solicitada pelo prefeito do Município de Marcelândia, senhor Arnóbio Vieira, tem por finalidade a reforma da cobertura do Clube da Melhor Idade, localizado no município de Marcelândia.

O clube é responsável por proporcionar atividades culturais, orientações médicas e recreativas visando dar uma melhor qualidade de vida aos integrantes da terceira idade.

Pelas razões expostas, por entender ser relevante o assunto, pois estaremos colaborando com programas sociais para os idosos é que acolhemos com grande empenho a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

reivindicação e apresentamos a presente indicação para pedir a colaboração dos nobres colegas Deputados na aprovação da presente matéria, bem como atendimento por parte do Governo do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de outubro de 2016.  
Deputada JANAINA RIVA – PMDB”

MOÇÃO DE PESAR: “Com fulcro no art. 185-A, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe a Paróquia São José Esposo, na Av. Vereador Lourenço Neto, 810, Conjunto São José II, CEP: 78.715-840 – Rondonópolis–MT, Moção de Pesar, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento da Deputada Janaina Riva, manifesta seu mais profundo pesar pela trágica e irreparável perda do Padre João Paulo Nolli, pároco da Paroquia São José Esposo, no município de Rondonópolis.

**JUSTIFICATIVA**

Vítima da violência que assola nosso Estado, foi assassinado no último final de semana, o Padre João Paulo Nolli, Pároco da Paróquia São José Esposo, localizada no município de Rondonópolis. Morando em Juscimeira (158 km de Cuiabá), ele fez o processo de ingresso no Seminário diocesano de Rondonópolis-Guiratinga.

Concluiu seus estudos de filosofia e teologia no SEDAC, em Várzea Grande e recebeu a formação no Seminário Maior Jesus Bom Pastor. Concluídas as etapas de formação ordenou-se diácono em 2007 e seis meses depois concluiu a ordenação presbiteral, em Rondonópolis.

À frente da Paróquia São José Esposo desde 2010, o Padre João Paulo era conhecido pelas brilhantes missas realizadas e pelos trabalhos sociais que exercia junto a população mais carente e aos dependentes químicos.

Neste momento a Assembleia Legislativa de Mato Grosso estende aos familiares e amigos e fiéis do Padre João Paulo os seus pêsames pela perda irreparável, acompanhados de nossas preces e pedidos a Deus para que, com sua infinita bondade e misericórdia, conforte a todos.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de outubro de 2016.  
Deputada JANAINA RIVA – PMDB”

REQUERIMENTO: “Com fulcro no art. 183, VIII, do Regimento Interno, combinado com o art. 28 da Constituição do Estado do Mato Grosso e com o art. 2º da Lei nº 4.877, de 08 de julho de 1985, requerido à Mesa, e ouvido o soberano Plenário, o envio deste expediente legislativo ao Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia ao Secretário-chefe da Casa Civil, solicitando informações referentes aos gastos, de forma discriminada, de recursos públicos para a realização de todas as edições do Projeto ‘Vem Pra Arena’.

Tal solicitação visa esclarecer a população que sofre com os efeitos da crise, de onde são retirados tais recursos, uma vez que muitos nos questionam o porquê de gastos elevados com shows nacionais, uma vez que o caos impera em nossa saúde, educação e segurança, com hospitais interrompendo atendimento, escolas desabando e pessoas sendo assassinadas todos os dias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

É sabido que o custo de um evento dessa natureza ultrapassa (e muito!) os três dígitos e demonstra um desequilíbrio entre discurso e ação que o governo do Estado tem pregado aos quatro cantos de Mato Grosso.

Nesse contexto, a presente proposição se justifica como fator de grande relevância social, por isso solicito as devidas informações com urgência e apoio dos demais Pares pela sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação visa esclarecer a população que sofre com os efeitos da crise, de onde é retirado tais recursos, uma vez que muitos nos questionam o porque de gastos elevados com shows nacionais, uma vez que o caos impera em nossa saúde, educação e segurança, com hospitais interrompendo atendimento, escolas desabando e pessoas sendo assassinadas todos os dias.

É sabido que o custo de um evento dessa natureza ultrapassa (e muito!) os três dígitos e demonstra um desequilíbrio entre discurso e ação que o governo do Estado tem propagado aos quatro cantos de Mato Grosso.

Nesse contexto, a presente proposição se justifica como fator de grande relevância social, por isso solicito as devidas informações com urgência e apoio dos demais Pares pela sua aprovação. ”

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de outubro de 2016.  
Deputada JANAINA RIVA – PMDB”

REQUERIMENTO: “Com fulcro no art. 183, VIII, do Regimento Interno, combinado com o art. 28 da Constituição do Estado do Mato Grosso e com o art. 2º da Lei nº 4.877, de 08 de julho de 1985, requerido à Mesa, e ouvido o soberano Plenário, o envio deste Requerimento de Informações, a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso - AGER/MT, solicitando informações referentes à situação da frota de ônibus que faz o serviço de transporte intermunicipal de passageiros na região de Cáceres.

Tal requerimento tem o objetivo de esclarecer inúmeras denúncias que chegam a este gabinete referente ao sucateamento da frota de veículos da Empresa Transjaó, que presta tal serviços na região de Cáceres.

Segundo informações recebidas, a AGER não tem cumprido o seu papel de fiscalizadora, o que tem feito com que as empresas não valorizem a vida de seus passageiros, os colocando em risco com uma frota sucateada e sem manutenção.

Nesse contexto, a presente proposição se justifica como fator de grande relevância social, por isso solicito as devidas informações com urgência e apoio dos demais Pares pela sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

Tal requerimento tem o objetivo de esclarecer inúmeras denúncias que chegam a este gabinete referente ao sucateamento da frota de veículos da Empresa Transjaó, que presta tal serviços na região de Cáceres.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Segundo informações recebidas, a AGER não tem cumprido o seu papel de fiscalizadora, o que tem feito com que as empresas não valorizem a vida de seus passageiros, os colocando em risco com uma frota sucateada e sem manutenção.

Nesse contexto, a presente proposição se justifica como fator de grande relevância social, por isso solicito as devidas informações com urgência e apoio dos demais Pares pela sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de outubro de 2016.

Deputada JANAINA RIVA – PMDB”

No Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre Deputado Dilmar Dal Bosco (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Oscar Bezerra (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Valdir Barranco (TRANSFERE).

Não há mais orador inscrito. Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Deputado Dr. Leonardo (TRANSFERE).

O Sr. Zé Domingos Fraga – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Domingos Fraga.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Janaina.

Sr. Presidente, me inscrevi no Pequeno Expediente, mas acho que cometi algum lapso na hora de me inscrever e não está aparecendo na tela.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de apresentar um Substitutivo Integral ao Projeto de Lei 284/2016, de minha iniciativa, que, após uma análise não só por parte da Comissão de Mérito, eu e minha assessoria chegamos à conclusão de que o Projeto precisava ser melhorado.

**SUBSTITUTIVO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 284/2016.**

**Dispõe sobre vedação de inscrição estadual para estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas e/ou substâncias e produtos nocivos à saúde que causem dependência dentro de perímetro de segurança escolar e dá outras providências.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** É vedada a concessão de inscrição estadual a estabelecimentos que comercializem bebidas com qualquer teor alcoólico ou substâncias ou produtos que causem dependência, dentro dos limites do perímetro escolar estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º Os estabelecimentos comerciais regularmente já instalados dentro do perímetro escolar não sofrerão qualquer alteração da sua licença já concedida, sendo vedada a comercialização de bebidas alcoólicas ou substâncias ou produtos que causem dependência.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

§ 2º Aos estabelecimentos que trata o parágrafo anterior compete fixar avisos sobre restrições de comercialização imposta por esta lei, em dimensões mínimas de 30 (trinta) por 50 (cinquenta) centímetros.

**Art. 2º** O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

O presente substitutivo tem por objetivo aumentar a segurança no entorno das escolas públicas e privadas nos municípios do Estado de Mato Grosso, delimitando o perímetro de segurança escolar.

Neste perímetro de segurança escolar não poderá haver comércio de bebidas alcoólicas e produtos que causem dependência a adolescentes, para que se possa levar adiante a finalidade da educação em sua plenitude.

A segurança das crianças e adolescentes é prioridade para qualquer pai. O que muitos podem deixar de notar é que a área próxima à escola também pode oferecer risco para as crianças. O entorno da escola é um lugar sagrado. A comunidade precisa se apropriar desse espaço e cobrar dos órgãos de direito a segurança necessária para se estudar em paz.

A Constituição Federal em seu art. 227, *caput*, e os arts. 4º e 5º da Lei nº 8.069/90 determinam ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, dentre outros, o direito à dignidade e ao respeito de toda criança e adolescente, colocando-os a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Neste viés, este projeto de lei deve ser considerado prioridade para o poder público, ou seja, ele força as prefeituras do Estado de Mato Grosso intensificar a fiscalização de comércio de bebida alcoólica a crianças e adolescentes nas proximidades do perímetro de segurança escolar.

O poder público tem a obrigação de garantir a segurança em um raio a ser definido pelo órgão local partir dos portões de entrada e saída das escolas. O perímetro deverá ser indicado por placas de sinalização.

A diante disso, e pelos motivos aqui expostos, conto com o apoio dos nobres colegas de Parlamento para a aprovação deste Substitutivo Integral ao Projeto de Lei n.º 284/2016.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 11 de outubro de 2016.

Deputada ZÉ DOMINGOS FRAGA - PSD.

(O SR. DEPUTADO NININHO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 18H10MIN.)

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA – Quem foi prefeito, como Vossa Excelência foi, Sr. Presidente, Deputado Nininho, percebe que a administração pública tem mais problema do que satisfação e soluções para os gestores públicos. Dentre os problemas que se encontra no transcorrer de uma administração, no seu dia a dia, tem constantes pedidos de abertura de estabelecimento comerciais que comercializam bebida, que comercializam cigarro, tem musica ao vivo, principalmente em momentos de crise.

Eu passei por essas dificuldades todas, muitas as vezes negava o alvará a estabelecimentos que estavam muito próximos de unidades escolares, seja pública, seja privada, e

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

muitos proprietários, mas muitos comerciantes terminavam ganhando esses alvarás por meio da Justiça.

E nos deparamos com situações nesses estabelecimentos comerciais, após ingestões de elevados índices alcoólicos, homens que da noite terminavam amanhecendo o dia, muitas vezes expondo às crianças que vão à aula determinadas cenas que elas não estão preparadas para ver, nem para ouvir determinados absurdos.

Em função disso, estamos aqui propondo um projeto de lei em que fica vedada a concessão de inscrição estadual a estabelecimentos que comercializem bebidas com qualquer teor alcoólico, substâncias ou produtos que causem dependência dentro dos limites do perímetro escolar estabelecido pelo Poder Executivo Municipal, até porque a questão do parcelamento do solo, a questão do alvará é de competência pura e exclusiva do Poder Executivo Municipal.

Fui mais além, estabelecendo que os estabelecimentos comerciais regularmente já instalados dentro do perímetro escolar não sofrerão qualquer alteração na sua licença já concedida, sendo vedada a comercialização de bebida alcoólica ou substância ou produtos que cause suas dependências.

Os estabelecimentos de que tratam do parágrafo anterior... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Concedo mais um minuto para concluir.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Então, estamos apresentando esse projeto de lei dessa natureza, ainda exigindo que o estabelecimento coloque placa referendando a proibição desse tipo de produtos que causa dependência à população mato-grossense.

Esse projeto é de uma vivência própria, vivida quando gestor do município que tive a felicidade de administrar.

Faço questão de administrar e colocar para que essa questão seja coisa do passado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Ainda no Grande Expediente, com a palavra, a Deputada Janaina Riva.

A SRª JANAINA RIVA - Boa noite a todos os colegas Parlamentares!

Boa noite ao Presidente desta Sessão, Deputado Nininho!

Sr. Presidente, faço uso desta tribuna para tratar de um assunto que chocou todo o Estado de Mato Grosso, vem causando pânico não só ao Estado, mas principalmente ao Município de Cuiabá, nossa Capital.

Recebi uma denúncia que foi protocolada no Ministério Público do Estado de Mato Grosso, na PGJ, na qual o Secretário Municipal de Cuiabá relata a dificuldade e a calamidade que é hoje a saúde pública em Cuiabá, fazendo referência a todos os hospitais regionais do Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente.

Durante este final de semana, Sr. Presidente, acredito que não teve um Deputado que conseguiu descansar em paz sem receber uma ligação de alguém clamando por uma UTI, ou por um leito, ou por uma medicação, ou por qualquer que seja o atendimento básico, Deputado Valdir Barranco, relativo à saúde.

Deputado Valdir Barranco, eu, que sou mãe, tem dias que não consigo dormir - e me emociono só de falar - pensando em como o Estado chegou a esse ponto.

Como, Deputado Valdir Barranco, chegamos ao ponto de estarmos em atraso com a cidade de Cuiabá em vinte milhões de reais?!

Sendo o Secretário obrigado, Presidente Nininho, a enviar um documento ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, que deu prazo de dez dias ao

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Governo para prestar esclarecimento, dizendo que as suas mãos, que as mãos do Secretário de Saúde de Cuiabá, não estarão sujas de sangue, porque não tem o que o Secretário de Cuiabá possa fazer sem o repasse do Governo do Estado.

Se os hospitais regionais param, obviamente sobrecarregam o Pronto-socorro Municipal, sobre carrega Cuiabá.

Somente os vinte milhões que estão em atraso com Cuiabá já não são mais suficientes para a saúde de Cuiabá!

Eu lhe pergunto, Deputado Zeca Viana, é este o amor do Governo do Estado para com o seu povo?

Em contrapartida, vejo o Governador do Estado em uma propaganda na televisão dizendo que colocará onze milhões no Rodoanel, que conseqüentemente é uma das propostas do seu candidato a prefeito.

Olha lá, será que está faltando nariz de palhaço aqui dentro desta Casa? Será que nós Parlamentares somos palhaços?

A saúde em um estado crítico, morrendo pessoas em fila de espera. Hoje pneumonia mata em Cuiabá, porque não tem leito de UTI. E você vê propagandas e mais propagandas políticas prometendo infraestrutura. Quem viaja pelo Estado está vendo as escolas deterioradas, condenadas, alunos que não podem usar o banheiro das suas escolas, porque o banheiro jorra mofo, porque não tem mais condição de dar descarga, porque a energia não acende mais.

Enfim, qual será a prioridade deste governo e desta gestão, se a prioridade não for o ser humano? Se a prioridade não são os servidores públicos? Eu já ouvi inclusive o Vice-Governador dizer que o funcionalismo público não é tudo. Pode não ser tudo, mas é a base de tudo, é do servidor que parte o serviço fim, a atividade fim.

É uma vergonha o que acontece hoje com a saúde pública no Estado de Mato Grosso. É uma vergonha nos calarmos perante o que está acontecendo. Quando se dizia que viria o FEX, o que falamos dentro desta Casa? O FEX não virá. Tem um entendimento do Governo Federal que o FEX não é obrigatório. Nós de Mato Grosso entendemos que é um direito nosso. Mas este direito não será concretizado e temos que trabalhar com a realidade.

Hoje, Sr. Presidente, nem o FEX resolve a questão de Mato Grosso, o FETHAB, que tanto foi prometido aos produtores, que seria usado para investimento de logística e infraestrutura, terá que ser usado para o pagamento de folha salarial. Contratamos, em concurso público, mais policiais, mas não foi o suficiente para diminuir os índices de violências. Permanecemos com os mesmos índices de insegurança em Mato Grosso, mas inchou a nossa folha.

Trago aqui uma matéria, Sr. Presidente, que fala sobre seis corpos que estão retidos no IML.

Sr. Presidente, nós temos situações aqui de mais de trinta dias, mais de sessenta dias de famílias que estão esperando o reconhecimento do corpo do seu ente querido. Famílias que perderam familiares em Mato Grosso aguardam há semanas pela liberação dos corpos por parte do IML.

De acordo com a perícia oficial e identificação técnica de Mato Grosso, seis corpos estão detidos na capital por falta de reagentes usados para a realização de exames de DNA.

Imagina, Deputado Valdir Barranco, se fosse um filho de Vossa Excelência, se fosse a esposa de Vossa Excelência que estivesse lá.

Sr. Presidente, nós não temos a solução de tudo dentro desta Casa, nós não temos bola de cristal, mas o nosso Estado precisa de socorro. Mato Grosso precisa de socorro. Mato Grosso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

não precisa de Secretário que se afasta para fazer campanha política. Mato Grosso precisa de secretário que trabalhe pelo seu povo. Mato Grosso precisa daqueles que tenham sensibilidade, daqueles que se preocupam com suas crianças que têm câncer, e não tem como fazer a cirurgia.

Eu me preocupo com o nosso futuro. Eu me preocupo com o que será de Mato Grosso. Com as mães que nos ligam chorando como eu recebi essa semana, Deputado Zeca Viana, uma ligação da Dacy, de Vila Rica, que clamava por uma UTI que fosse uma sala vermelha. E que nós não conseguimos ajudar.

E assim vai uma vida, vai duas, vai três, e eu não ouço ninguém falar sobre isso. E você entra nas mídias, as mídias que recebem dos setenta milhões que nós temos reservado para a comunicação, e você uma matéria desse tamanhozinho em baixo das matérias que falam sobre as eleições.

O Sr. Zeca Viana (FORA DO MICROFONE) - Concede-me um aparte, Sr.<sup>a</sup> Deputada Janaína Riva?

A SR<sup>a</sup> JANAÍNA RIVA - Concedo um aparte ao meu colega Deputado Zeca Viana.

O Sr. Zeca Viana - Obrigado, nobre Deputada Janaína Riva.

A senhora está levantando um dos assuntos que talvez seja o mais delicado do nosso Estado. E por incrível que pareça, coincidentemente, hoje, estive na Secretaria de Saúde, a segunda secretaria que eu visitei no mandato do Governador Pedro Taques. Fui lá me solidarizar com o Secretário João Batista porque eu sei da integridade, da seriedade, da honestidade e do trabalho que ele vem tentando desenvolver naquela Secretaria. Mas fui também dar um tom de alerta para que ele chamasse o Governador para o entendimento senão ele sairá preso com a sua equipe de dentro daquela Secretaria do qual nós recebemos um comunicado da CGU - Controladoria Geral da União de vinte e cinco milhões que veio para o Estado de Mato Grosso ao combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, do Zica vírus, etc e etc. A CGU veio fazer um levantamento, notificou a Secretaria para que ela explicasse, ela não deu resposta. A CGU notificou o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde e o Tribunal de Contas para que prestasse conta desse dinheiro que supostamente eu não sei se foi aplicado ou não. E hoje, eu conversando com o Secretário João Batista ele simplesmente falou que essas notificações ficaram mais de sessenta dias na gaveta do ex-Secretário e passou para outro departamento e ninguém se interessou em dar resposta para a CGU. Aí me preocupou mais ainda com o descaso com a falta de gestão que tem esse governo. E o Governador Pedro Taques ele sabe que não é incriminado por isso, criminalizado por isso, quem pagará a pena será o Secretário. Talvez seja isso que ele está na zona de conforto e do qual eu alertei o Secretário. Falei com ele que estaria sempre à disposição para defendê-lo, mas se ele não tivesse o respaldo desse desgoverno, que ele entregasse a pasta e saísse com a equipe técnica que tem lá, senão irão todos para a cadeia, sim, nobre Presidente. E Vossa Excelência sabe que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal não passam as mãos na cabeça de ninguém.

Inclusive, eu notificarei o Procurador Paulo Prado. A notificação, inclusive, está citando o nome do Procurador Paulo Prado. Vou notificá-lo para que dê uma explicação do que fez, qual a medida que tomou a esse respeito, porque nós não podemos mais ficar omissos de um desgoverno que não leva a sério uns setores tão importantes para a vida pública do cidadão mato-grossense.

Nós precisamos agir, sim, Deputada Janaína Riva.

Esse caso do IML, onde falta antígeno para fazer os exames de DNA, os corpos ali há mais de 30 dias. Mas é porque um filho de Deus desse não tem um parente lá morto. Eu acho que

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

se tivesse um parente do Governador ou desses responsáveis lá dentro, eles já teriam tomado alguma decisão para que isso não ficasse em um descaso como esse que está acontecendo.

Então, eu acho que nós precisamos, os nobres Deputados, é esquecer um pouco da Base do Governo e visualizar o cidadão mato-grossense. Essa é a nossa obrigação e o nosso dever como Parlamentar, largar de ficar do lado do Governador nas causas em que ele está errado. Nós temos que mostrar para ele que um Estado, um Governador, um Gestor tem que ser responsável pelo Estado, não com essa irresponsabilidade com que ele vem querendo conduzir o nosso Estado.

Enquanto nós tivermos aqui a maioria apoiando essa irresponsabilidade deste Governo, Deputada Janaína Riva, nós teremos dificuldades sim em defender o povo mato-grossense.

Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> JANAÍNA RIVA - Sr. Presidente, só para finalizar.

Deixarei aqui com as nossas assistentes de plenário a cópia do processo que foi protocolado na Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, no qual o Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá descreve a situação real da saúde de Cuiabá e de todo o Estado de Mato Grosso, dizendo da incapacidade de Cuiabá hoje em gerir a saúde do Estado.

Hoje, em Cuiabá há atendimento de mais de 20.000 pessoas no Pronto-socorro de Cuiabá. É insustentável a situação. Deixarei aqui para que os colegas Deputados que tenham o interesse e queiram pegar uma cópia desse processo.

Sr. Presidente, aproveito e peço informações aqui sobre o gasto de alguns programas do Governo, o chamado e conhecido como “pão e circo”, que é o Programa “Vem para a Arena”, com show de graça, comidas, e faz aquela festa na Arena como se estivéssemos vivendo em um Estado extremamente estruturado e com condições de dar o mínimo sequer para o seu povo, que nem isso o Estado de Mato Grosso está fazendo.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Muito obrigado, Deputada Janaína Riva.

Realmente... Já estive falando com o nosso Líder, Deputado Dilmar Dal Bosco, e o nosso Presidente Guilherme Maluf já esteve reunido com o Secretário, até vejo no *site* uma notícia que diz o seguinte: “Atraso da saúde em Cuiabá será quitado hoje e os demais hospitais ainda não há previsão”.

Então, esperamos que realmente hoje o Estado consiga quitar com pelo menos com os hospitais aqui da nossa Capital. Mas isso nos preocupa muito. Hoje mesmo eu recebi cobranças de outras regiões, inclusive da nossa cidade de Rondonópolis, Deputado Sebastião Rezende, onde há uma preocupação muito grande com a paralisação dos médicos, com relação a essa questão.

Então, realmente em se tratando de saúde, eu acho que todos nós, juntos, devemos fazer um esforço para achar uma solução para essa questão, porque até então são vidas que se perdem.

O Sr. Carlos Avalone - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlos Avalone.

O SR. CARLOS AVALONE - Muito obrigado.

Sr. Presidente, solicito que sejam incluídos na Ordem do Dia os Projetos de Resolução n<sup>os</sup>: 231, 232, 233, 234, 235 e 205/2016 e o Projeto de Lei n<sup>o</sup> 327/2016, de autoria do Deputado Max Russi. Todos eles já passaram pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e estão prontos para vir à Ordem do Dia.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Solicito a Consultoria Técnica Jurídica que inclua esses projetos na Ordem do Dia para que sejam apreciados.

O Sr. Dilmar Dal Bosco - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Com a palavra, pela Liderança, o Líder do Governo, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>a</sup> Deputada.

Sr. Presidente, nós estivemos aqui, liderados pelo Deputado Zé Domingos Fraga, segunda-feira, ontem, e estive aqui o Secretário de Fazenda explicando o 2º Quadrimestre e mostrando números referente a 2013, 2014, 2015 e também 2016. Mas eu quero fazer uma reflexão, além desses anos... Até porque eu fui oposição ao Governo passado. Eu estive nesta Casa fazendo oposição ao Governo que está aí preso, realmente por dar, desviando de recursos públicos, incentivos fiscais a seus apadrinhados, e foi preso exatamente pela péssima gestão que fez no Governo passado e a consequência vem, lógico, com toda certeza, no Governo seguinte.

Nós víamos... Na comparação de aumento salarial, em 2014, por exemplo, teve um acréscimo de quase 18% de uma receita de 8,5%; em 2015, 19,8% de aumento salarial aos servidores públicos, receita de 9% de acréscimo.

Mas quero fazer uma reflexão, lá no Governo anterior que usou 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, nos cinco anos do Governo Silval Barbosa nenhuma escola nova no Estado de Mato Grosso foi efetivada, nenhuma escola nova e nenhuma sala de aula nova no Governo anterior. As reformas pifiamente poucas.

Eu falei de um exemplo de uma escola, à época, usei a tribuna aqui, no início de 2014, final de 2013, quando fui a Nova Cáceres, Deputado Dr. Leonardo. Eu fui lá e as crianças estudavam debaixo de um pé de manga com compensado do lado. Isso era o Governo que estava, anterior. Eu fui lá e fiz denúncia ao Ministério Público e nunca funcionou no Governo anterior.

Aqui eu usei... Em Nossa Senhora do Livramento, eu esqueço a escola agora, porque teria que recordar, falei aqui exatamente, e estava o Dr. Francisco Monteiro nesta mesa auxiliando a Presidência, sobre a escola em Nossa Senhora do Livramento. Nunca o Governo anterior investiu em educação. Nunca investiu em educação!

Criou-se aqui na Assembleia Legislativa, e nós fomos voto vencido, Deputado Zeca Viana, o Fundo de Erradicação da Pobreza, serviu para quê? Desvio de dinheiros públicos, com colchões, cobertores, e nada evidenciado. Arrecadava 75 milhões de reais, foi para 90 milhões, e nada efetivou para o Fundo de Erradicação da Pobreza.

Criou-se, em 2012, nesta Casa, o Fundo de Segurança para aumentar o efetivo da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, da POLITEC para o evento da Copa do Mundo de 2014, em que os policiais fariam a segurança para o evento da Copa do Mundo e depois seriam distribuídos para o interior do Estado de Mato Grosso.

Arrecadou, em 2013, 212 milhões de reais; arrecadou em 2014, 236 milhões de reais, e nada fez para a segurança pública do Estado de Mato Grosso.

Em 2015, o Governador Pedro Taques viu a lei, começou a trabalhar, chamar efetivos da Polícia Militar para melhorar e dar mais equipamentos para a Segurança Pública do Estado, cumprindo a lei aprovada pelo Parlamento lá no final de 2012.

O Deputado Sebastião Rezende lembra que trouxemos a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para discutir o Fundo de Segurança, cobrado de vários segmentos do setor empresarial do Estado. Trouxemos todas as federações para discutir.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Era o momento de todo mundo ajudar o Governo, porque o Governo não tinha mais equilíbrio financeiro, não tinha mais condições financeiras para melhorar a segurança pública, para evidenciar o salário.

Lá naquela época de 2011, 2012, 2013 e 2014, foram usados, sim, todos os recursos de fundos para pagar a folha de pagamento. Todos! Deputado Carlos Avalone, Vossa Excelência estava como Deputado Suplente, ficou dois anos aqui e sabe que todos os anos o Governo usava o Fundo de Erradicação da Pobreza, o Fundo de Segurança e o FETHAB para pagar os salários dos servidores públicos.

Em todos os momentos o Governo fez isso, usando todos esses fundos. Usava o FETHAB, porque o Governo anterior entendeu que não tinha compromisso nenhum com o FETHAB, até porque ele foi feito no final do Governo do Silval Barbosa, em 2014, aprovado por este Parlamento para distribuir aos prefeitos, repartir os recursos do FETHAB a todos os Municípios do Estado de Mato Grosso, aos 141 Municípios.

Já o Governo de Pedro Taques começou a pagar os 250 milhões de reais para os Municípios para ter as rodovias, as MTs, as estradas e vias melhoradas, dinheiro que saiu também da nossa arrecadação, usado para pagamento até de servidores públicos pelo Governo Silval Barbosa.

Além disso aí, têm também as obras da Copa do Mundo, financiamentos: Arena Pantanal, trincheiras, VLT, tudo financiado com carência para pagar no Governo de 2015, 2016.

Estão aí as obras da Copa! Vai ser entregue o relatório da CPI! Foi até questionada uma operação em dólar, muito questionada pelo Deputado Zeca Viana na época, porque deixou um endividamento enorme, já que o dólar era R\$2,50 e foi R\$3,70.

Quer dizer, vamos fazer a conta! Tragam para nós o segredo de onde está o que se pode contribuir, para que ajudemos realmente, nesse momento de dificuldade, o Governo. Que possamos participar, dar opinião, mas trazer coisas concretas.

Então estamos em dificuldades e temos que priorizar. Concordo com a Deputada Janaina Riva e com o Deputado Nininho, temos que priorizar.

O Deputado Zé Domingos Fraga falou muito com o Secretário de Saúde, que esteve no Colégio de Líderes, e foram convidados os Deputados para que definíssemos a prioridade para este ano: servidor público e saúde pública. Temos que achar o caminho e acredito que temos sim que achar a solução em conjunto, Assembleia Legislativa e Governo.

Quando o Governo Silval Barbosa precisou, em todos os momentos, os Deputados Estaduais, que eram praticamente 21 Deputados, defendiam. Em todos os momentos, Deputado Valdir Barranco! Na hora em que tramitava aqui o aumento de uma categoria, aumentando de R\$7.000,00 para R\$27.000,00, se você votasse contra, você era criticado. Era uma briga, uma luta! Você era praticamente humilhado por ser Deputado da oposição do Governo ou por você ter posicionamento diverso do Governo anterior, um Governo desequilibrado, um Governo que não teve noção de gestão pública, que nunca sequer administrou algo que poderia dar resultado, que nunca teve eficiência na sua administração, que nunca teve a postura de um Governo sério nem de um Governo com equilíbrio financeiro. Não dava aumento real igualitário a todo servidor, não. Cada categoria discutia uma situação, aumentava, abusava do aumento salarial. E aí deu no que deu e está chegando realmente a uma situação delicadíssima. A receita, mesmo que aumente, não dá mais para a despesa que tanto aumentou.

Então não tem caixa que agente. Temos que achar a solução, e a solução é o equilíbrio que Assembleia Legislativa pode dar neste momento de dificuldade, em que o Governo Federal não faz os repasses e nós não estamos conseguindo arrecadar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

O aconteceu no Governo anterior? Quebraram o Estado de Mato Grosso! Agora cai a culpa em quem está com a nova gestão. Mas temos que ter seriedade em todos os momentos.

Mesmo sendo oposição, em todos os momentos que o Governo tinha dificuldades, nós sentávamos com todos os Deputados para discutir e achar o encaminhamento para que o Governo pudesse equilibrar o caixa, porque tínhamos consciência de que o Estado não poderia perder.

Quanto à saúde pública e aos hospitais regionais, todos os Hospitais Regionais do Estado de Mato Grosso o Governo do Estado ficou devendo. E devia cinco meses, seis meses, porque não repassa a nenhum hospital regional.

Nós falávamos todas as vezes desta tribuna que ficou devendo o repasse por um ano para os Municípios.

Deputado Zé Domingos Fraga, se Vossa Excelência se recorda, inclusive o Governo deu um calote de 50%, que talvez ia transformar em óleo diesel para repassar para os Municípios. Ficou devendo por um ano o repasse aos Municípios, por um ano o repasse da saúde básica aos Municípios. Depois queria pagar só 50%, e a diferença dar em contribuição, ou em moeda ou no pires para transformar em óleo diesel para ver se as prefeituras aguentassem.

Então não vamos fazer uma comparação, porque fica difícil realmente fazer uma comparação do Governo anterior com o Governo atual. Desequilibraram as contas e deixaram déficits orçamentários de 2014 para 2015. Estamos passando por uma crise nacional e, no Estado de Mato Grosso, temos que ser ponderados e contribuir para achar uma solução para resolver o problema do caixa do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Zeca Viana (FORA DO MICROFONE) – Solicito a palavra pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Com a palavra, pela Liderança, o Deputado Zeca Viana.

O SR. ZECA VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr<sup>a</sup> Deputada, eu estava prestando atenção na defesa do nosso amigo e grande Líder do Governo Pedro Taques, mas quero dizer-lhe, meu amigo e colega Deputado Dilmar Dal Bosco, que - acompanhei muito o seu posicionamento na gestão passada e o senhor também foi muito companheiro do meu posicionamento como opositor – não queremos comparar.

Hoje já estamos indo praticamente para os dois últimos anos do Governo Pedro Taques. Para que comparar com o Governo Silval Barbosa? A não ser que o Pedro Taques queira ficar lá no lugar do Silval Barbosa, onde ele está.

Talvez eu tenha sido o único Parlamentar que teve coragem de dizer desta tribuna que o Governo Silval Barbosa tinha que sair preso e algemado do Gabinete dele. E ele está pagando pelos erros que fez.

Não devemos comparar o Governo Silval Barbosa com o Governo Pedro Taques. O Governo Pedro Taques é outro Governo, é outra cabeça.

Porém não há justificativa para o desleixo, para o desgoverno que está acontecendo e que estamos vivenciando hoje! O problema do Governador Pedro Taques, nobre Líder, é falta de gestão, de conhecimento administrativo da coisa, de priorizar as ações em cima do que tem mais necessidade! Ele não faz isso!

Ele prioriza apenas a imagem dele perante a imprensa, na qual, inclusive, eu estou vetado, porque tem uma quarentena. Não pode divulgar nada sobre mim. Talvez eu tenha que criar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

uma polêmica aqui para que outra imprensa possa divulgar. (RISOS) Essa é que é a prioridade? Não. Eu acho que não. Eu acho que temos que esquecer o Governo passado. O Governo passado já está pagando pelos erros dele e tinha que pagar mesmo. Nós sabemos da situação em que ele deixou o nosso Estado.

O senhor foi muito feliz aqui em citar os fundos. Esses fundos acabaram? O Fundo de Erradicação da Pobreza acabou? O Fundo de Segurança Pública acabou? Porque, se estão pagando ainda, onde está o dinheiro? Pelo Fundo de Erradicação da Pobreza o Sr. Pedro Taques tem que ser responsabilizado, se o nosso Ministério Público não for omissivo às denúncias que eu fiz. Porque ele não está cumprindo a lei que nós aprovamos do repasse dos 10% das APAES. E está recebendo quanto desse fundo, Deputado Dilmar? Eu nem sei quanto ele está recebendo. Ele sim, não está cumprindo a sua função de gestor honesto e transparente. Ele teria que cumprir a lei, ele não está fazendo os repasses.

O Fundo também de segurança pública, eu acho que não foi extinto. Acho que ele está em vigência e deve estar sendo arrecadado.

O que teremos que fazer? Se tem erro, nós temos que consertar. Existe um grande defeito do Governo Pedro Taques que é não ouvir as pessoas, não aceitar sugestão. Ele acha que é o professor de Deus, e não é. Ele não aceita, fica cometendo erros, um erro em cima do outro, erros infantis e nós temos que ficar aqui perante a sociedade pagando um preço que não devemos.

Eu cedo um aparte à Deputada Janaina Riva.

A SRA. JANAINA RIVA - Um aparte, colega, só para responder a sua indagação.

Eu cheguei a fazer um requerimento, no qual eu indagava com relação ao Fundo de Erradicação da Pobreza, até porque o do nosso Estado é um dos maiores do Brasil: 12% de Fundo de Erradicação da Pobreza. Eu perguntei pessoalmente ao Secretário Valdiney e ele me disse que os mais de oitenta milhões do fundo são destinados ao pagamento de folha salarial dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Era isto.

O SR. ZECA VIANA - Pois é, nobre Deputado líder. Eu sei que o senhor não tem culpa e é o que estamos reclamando aqui, é a má gestão da coisa. Se nós temos um Fundo de Erradicação da Pobreza, temos que cobrar a aplicação deste fundo na sua destinação. Se estiver usando para outros fins, tudo bem. O outro Governador usou e está pagando o preço. Será que o nosso Pedro Taques vai pagar este preço, também?

Depois que terminar o mandato dele, em 2019, tenho certeza de que terá muitos colegas Deputados que talvez estejam na mesma situação que eu estou hoje aqui, criticando também a gestão do Pedro Taques.

O que temos que ter aqui dentro é coerência. Se estiver errado, senhores nobres colegas Deputados, vamos, sim, cobrar do Governador todo mundo em conjunto. O líder está aqui para ser o interlocutor entre nós e o Executivo.

Agora, nobre líder, eu sei que a vossa tarefa é árdua, é difícil, não será fácil carregar este fardo todo no seu lombo, pois o peso é muito grande e o que queremos do Estado, do Governo, é que nos ajude. Que ajude a grande necessidade desta população que está à deriva numa situação caótica como está passando a nossa saúde pública.

A segurança também aumentou o efetivo, aumentou! Mas os índices de criminalidade, os assaltos, os roubos, os furtos, pelo amor de Deus, continuam. E nós estamos vendo cada situação constrangedora. Vimos agora, recentemente, lá em Rondonópolis a questão do Padre,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

como aqui também. É coisa incrível isso! É claro que é difícil de combater, mas nós temos que ter ações efetivas.

Esses policiais têm que estar na rua, sim, intimidando os bandidos. Lugar de bandido não é em Mato Grosso. E nós precisamos mostrar isso para ele. Por isso que foi aumentado o efetivo.

Agora, tem que ter gestores que façam uma boa gestão para que dê resultado esse gasto, esse aumento de efetivo que nós fizemos dentro da Polícia Militar, dentro da Polícia Civil e em todos os segmentos para dar uma resposta à sociedade. É isso que nós queremos.

Eu gostaria de estar nesta tribuna só elogiando mas, infelizmente, não é isso. Eu não vim para cá só para dizer amém. Nós temos que ser coerentes e realistas nas situações que o nosso Estado está passando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Passemos à Ordem do Dia.

Moção de Pesar, de autoria da Deputada Janaina Riva, pelo passamento do Padre João Paulo Nollí, da Paróquia São José Esposo, da nossa querida Cidade de Rondonópolis.

Com a palavra, para discutir, Deputada Janaina Riva.

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Sr. Presidente, nobres Colegas Parlamentares, eu não poderia deixar de usar esta tribuna para discutir esta Moção de Pesar, porque nós justamente falávamos agora sobre segurança pública. E todos nós estamos, colega Deputado Silvano Amaral, suscetíveis à violência.

E nós chegamos ao ponto de perder agora um pároco, vítima da violência que assola o nosso Estado.

O Pároco Padre João Paulo foi assassinado nesse último final de semana. Era pároco na Paróquia de São José Esposo, localizada no Município de Rondonópolis, e grande amigo também do nosso Colega Deputado Zé Carlos do Pátio, que hoje não está presente, mas pediu que eu deixasse aqui a sua solidariedade a toda a família do Pároco João Paulo.

Ele foi morador de Juscimeira. Fez um processo de ingresso no Seminário Diocesano de Rondonópolis e Guiratinga. Concluiu seus estudos de filosofia e teologia no Sedac, em Várzea Grande e recebeu a formação no Seminário Maior Jesus Bom Pastor. Concluídas as etapas de formação, ordenou-se Diácono em 2007 e seis meses depois concluiu a ordenação presbiteral, em Rondonópolis.

À frente da Paróquia São José Esposo desde 2010, o Padre João Paulo era conhecido pelas brilhantes missas realizadas e pelos trabalhos sociais que exercia para a população mais carente e aos dependentes químicos de Rondonópolis. Motivo até pelo qual muitos atribuem este fato violento.

Neste momento, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso estende aos familiares e amigos e fiéis do Padre João Paulo os seus pêsames pela perda irreparável, acompanhados de nossas preces e pedidos a Deus para que, com sua infinita bondade e misericórdia, conforte a todos.

Deixo, Sr. Presidente, e peço que registre-se nos Anais desta Casa essa Moção de Pesar, que não é só minha, mas é de cada um dos meus colegas Parlamentares que se sensibilizam com esse fato de violência que hoje, infelizmente, chega a um padre, a uma pessoa que prega o nome de Deus em nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Continua em votação. Encerrada a votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Indicações de autoria dos Deputados Zé Domingos Fraga e da Deputada Janaina Riva apresentadas na presente Sessão.

Em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Em discussão única, Requerimento nº 301/2016, de autoria do Deputado Dr. Leonardo, à Mesa Diretora, solicitando a realização de Audiência Pública, com a finalidade de debater sobre “Fitossanidade Animal na Faixa de Fronteira Brasil/Bolívia”, a realizar-se no dia 27 de outubro de 2016, às 14 horas, na Câmara Municipal de Cáceres.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 200/16, de autoria da CPI das OSS - Organização Social de Saúde, que aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Sociais de Saúde e dos Repasses Financeiros para a área da Saúde e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
*Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Sociais de Saúde  
E dos Repasses Financeiros para a Área de Saúde*  
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



---

**ALMT**  
Assembleia Legislativa

ESTADO DE MATO GROSSO  
EDIFÍCIO GOV. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

**RELATÓRIO FINAL**

**Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Sociais de Saúde e dos  
Repasses Financeiros para a Área de Saúde.**

CUIABÁ, AGOSTO DE 2016.

Página 1 de 1001

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Em discussão o Parecer...

O Sr. Dr. Leonardo (FORA DO MICROFONE) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Passo a palavra para discutir ao Presidente da CPI, o Deputado Dr. Leonardo.

O SR. DR. LEONARDO - Sr. Presidente, nobres Pares.

Chegamos ao final do rito, que por esta Casa se aprova a CPI, que investigou as Organizações Sociais de Saúde - OSS do Estado de Mato Grosso, bem como os repasses financeiros que sofreram atraso desde 2012.

Fala aqui, Sr. Presidente, um Parlamentar nesta função que estou, mas principalmente pela minha profissão de médico.

Apesar dos grandes oradores que me antecederam com suas técnicas cativantes, falo com sinceridade como aquele que segurou nas mãos do paciente e esteve na briga com a morte e a vida. Eu estive nesse meio atendendo as urgências, acidentes, atendimentos ambulatoriais, desde o resfriado até as pessoas que chegavam acidentadas com seus familiares chorando junto, sofrendo, doendo.

Sr. Presidente, quando entrei nesta Casa...

Ainda como médico, desde 2012, em maio de 2012 se iniciaram os atrasos no pagamento deste Estado. Passamos um, dois, três, até quatro meses, em 2012, sem recebermos. Eu estava lá trabalhando. Continuei trabalhando pela população, ansioso para receber. Não sei como foram as discussões nesta Casa, em 2012, em 2013, em 2014, os anos que antecederam a minha presença aqui, mas sei da realidade no dia a dia, atendendo e sofrendo com a população, com a carência de recursos, com a carência de investimentos.

Sr. Presidente, até quando assumi esta Casa, em 2015, no mês de março recebemos setembro e outubro de 2014. Quando assumi como Deputado, ainda, não havia recebido setembro, outubro, novembro e dezembro de 2014. Esta é a realidade!

E essa CPI, Sr. Presidente, corrobora. Foi uma das primeiras CPIs abertas por esta Casa. Foi um dos primeiros empenhos que fiz. Foi uma CPI que teve muitas dificuldades. Eu agradeço os Srs. Deputados por terem apoiado a abertura dessa CPI, corajosa, para investigar o modelo de gestão, aqueles que administraram. Dos sete hospitais regionais cinco já estavam sob interferência do Estado. Ou seja, de 2012 até o final de 2014 o próprio Governo que trouxe o modelo de gestão OSS reconheceu que foi falho, que não prestou o serviço.

E por que, Sr. Presidente? Essa CPI aponta.

Primeiramente, o primeiro hospital aberto por este Estado que foi gerenciado pela OSS, que foi o Hospital Metropolitano de Várzea Grande, disse que o serviço público é lento, mas é lento quando quer, Sr. Presidente.

Em dois meses somente estava licitado, estava em funcionamento o edital, a lei da OSS aprovada por esta Casa, uma lei que era para ter sido copiada do Estado de São Paulo, mas foi uma lei capenga, uma lei falha que permitiu que as empresas viessem administrar, algumas até sob investigação do Ministério Público de outros Estados, como a Operação Assepsia, do Rio Grande do Norte. Mesmo assim foi permitido que viesse para este Estado.

Algumas começaram e logo com dois meses saíram, Sr. Presidente. Mas onde está o problema? Não houve fiscalização, os contratos foram falhos. Dos R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) gastos até dois meses passados, nos hospitais de referência, hospitais regionais, gastos ou investidos na saúde, porque saúde não é gasto, é investimento, poderíamos ter

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

economizado, Sr. Presidente, R\$200.000.000,00, até R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) com melhores contratos, com melhores gestões.

Isso começou lá atrás, Sr. Presidente, com a falta de gestão, com a falta de administração. Acabaram com a Secretaria Estadual de Saúde, desagregaram os escritórios regionais nos municípios. Para quê? Para que acontecesse o caos que está hoje. Temos que olhar, sim, o passado, por conta da falta de mais investimentos, de uma década, de uma década, senhores e senhoras, em infraestrutura. Hoje, são necessários mais 1.600 leitos de UTI ou gerais.

E pasmem, Sr. Presidente, nobres Pares, o Relatório da CPI traz, também, em 2005, em 2006, houve *superavit* na saúde. Nunca ouvimos dizer que sobrava dinheiro na saúde. Houve! Compraram o Hospital Modelo, o Hospital São Tomé e o Hospital Santa Maria Bertila.

Como estão esses hospitais, hoje, Sr. Presidente? Todos fechados. Se isso não é mau uso do dinheiro público, não sei mais o que é, Sr. Presidente.

Esta década de falta de investimento...

E quanto a isso existiu um estudo em inglês apresentado no Congresso da Saúde da Família. Graças a Deus eu sou médico de PSF. Quando vim para cá trabalhava no Programa de Saúde da Família; trabalhei no Hospital Regional, no Hospital São Luís, que é um hospital referência em clínica médica; no Hospital Bom Samaritano, atendendo pacientes com hanseníase e com tuberculose. Foi assim que eu vim para cá, com essa formação de médico comunitário, de médico que atende a população, que sabe o sofrimento real.

Para cada ano, senhores, em que não há investimento em infraestrutura da saúde, no mínimo, demoram dois anos para recuperar. Se o Estado de Mato Grosso ficou uma década sem investimentos dos ex-governadores, demoraremos, ainda, 20 anos, pasmem, 20 anos para recuperarmos esse tempo perdido. Um Estado que cresceu em ritmo chinês de lucro, de arrecadação, deixou de fazer o dever de casa, subdimensionou o seu orçamento, aplicou pedaladas e na hora do orçamento real, de aplicar os 12% na saúde e os 25% na educação, não fez na íntegra...

Devemos lembrar o passado, sim, porque, como eu disse, o estudo inglês demonstrou que para cada ano que você não investe vai sofrer mais dois anos pela frente. Então, se nós deixamos de investir uma década, vamos perder duas décadas e o sofrimento está aí. Há necessidade! São cirurgias que precisam... Está certo? Não está! As pessoas estão precisando de atendimento? Estão! Tem pessoas sofrendo? Sim! Tem pessoas morrendo? Sim! Não estamos aqui para negar a verdade. Não estou aqui para defender ninguém. Estou aqui, na verdade, como portador do Relatório dessa CPI. É isso que essa CPI aponta. Eu estou aqui, como médico, como cidadão mato-grossense, e não vim aqui fazer defesa desvairada. Eu vim aqui falar a realidade. E a realidade é o que o cidadão sabe.

Hoje... Vamos falar do hoje, então!

Temos a Capital do Estado com a maior quantidade de especialistas médicos, os melhores aparelhos, todo interior deságua em Cuiabá. A Capital não aguenta mais!

Regionalização dos serviços, já! Nós precisamos levar para o interior o atendimento. Tem região em que se anda mais de 1.000 quilômetros para ser atendida uma urgência e emergência. Os hospitais regionais foram distribuídos de maneira errada, equivocada pelo Estado de Mato Grosso, por apadrinhamento político e não por necessidade geográfica. Tinha hospital regional que era porta aberta, que estava fazendo a função do município e o Estado, além de pagar a sua conta, ainda, por apadrinhamento político, estava fazendo a função que aquela Prefeitura deveria fazer. Essa é a realidade. Precisamos, hoje, no mínimo, de mais três hospitais bem localizados para atender as regiões para que a pessoa não ande na urgência e emergência mais de 1.000 quilômetros

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

dentro de uma ambulância rezando para Deus para chegar à cidade com mais estrutura próxima. Essa é a realidade!

Quantas pessoas eu atendi que chegaram ao atendimento, na porta do Hospital Regional, e me disse: “Doutor, ele parou agora, 10, 20 quilômetros. ”. E nós naquele sofrimento: meu Deus, se nós tivéssemos um atendimento mais próximo, um hospital de referência mais próximo, não estaríamos perdidos, essas famílias não estariam chorando. Essa é a realidade!

A distribuição foi feita errada. Temos que replanejar e repensar os hospitais estratégicos do Estado de Mato Grosso. Só a economia desse investimento errado do qual falei aqui, esses R\$200.000.000,00, R\$300.000.000,00 milhões, dava para construir esses hospitais, para equipar os hospitais que existem, mas essa é a realidade. O passado existe para colocarmos na prateleira olharmos e dizermos: não vamos mais errar. Vamos olhar para frente.

Alguns colegas Deputados não estavam nesse período que antecedeu os primeiros turnos das eleições. Estavam percorrendo, defendendo suas bases. Tivemos uma discussão, na semana passada, com o Presidente desta Casa, Deputado Guilherme Maluf, e com outros Deputados. Trouxemos aqui o Secretário de Saúde para ver como podemos ajudar. Já que o cobertor era curto, não era suficiente, como a Assembleia Legislativa poderia ajudar? Estamos correndo atrás. O Presidente se reuniu com o Governador. Estamos nos reunindo com outros Poderes para ver a possibilidade de levantar recursos para ajudar até o final do ano esse gargalo que está estreito, e quando o gargalo é estreito são vidas ceifadas e não podemos deixar.

O Deputado Zeca Viana está com a razão, temos que fazer união mesmo de força para achar essa solução. Todos nós devemos nos juntar agora, neste momento, para acharmos...

A Presidência começou esse movimento, devemos engajá-lo mais junto com o Deputado Guilherme Maluf, adiantar essas regiões.

Definitivamente, senhores e senhoras, a Secretaria de Estado de Saúde não tem autonomia financeira e administrativa de direito, tem de direito e não tem de fato. Precisamos buscar essa autonomia para não ficarmos sempre de pires na mão da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento. Mas essa é a realidade do Estado que temos. Esses são os enfrentamentos reais.

E a realidade está na rua, está nos telefonemas. Imagine eu como médico, toda segunda-feira eu passo no hospital, nunca perdi esse hábito. Desde a minha eleição, toda segunda-feira de manhã passo no hospital da minha cidade e vira e mexe passo em outro, que tem mais de um hospital lá. Mas toda segunda-feira de manhã eu mantenho o hábito e falhei, estou lá com os meus pacientes; estou conversando com os enfermeiros, com os técnicos em enfermagem, com os médicos, procuro ouvir o povo. Imagina o sofrimento meu como médico, sabendo que realmente existem atrasos, como em Cuiabá. Cuiabá foi pago na quinta-feira 4 milhões e 800 mil e tem até quinta-feira, agora, para pagar mais 4 milhões para quitar o mês de agosto.

No mês de setembro foi feito um aparte, mas não cobre todo o mês. Vamos buscar agora, em outubro, colocar setembro em dia. Mesmo esses 8 milhões e 800 mil que vão ser pagos, sabemos que ainda vão ficar para trás.

Aos hospitais regionais foi passada uma quantia para pagar folha, para pagar fornecedores. Temos que buscar solução! Está atrasado? Sim, está! Eu não estou aqui para mentir, estou aqui pelo bem da verdade, pelo bem do povo do Estado do Mato Grosso. É uma situação séria.

A saúde não tem preço, mas ela tem um custo e esse custo tem que ser feito, na realidade, um planejamento. É isso que buscamos e vamos buscar juntos nesta Casa.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Esta CPI, Sr. Presidente, faz vários apontamentos importantes para o cidadão do Estado de Mato Grosso e mostra o erro que foi feito pelos ex-governadores, a irresponsabilidade no gasto do dinheiro público e assim aconteceu. O que acontece hoje é o reflexo de um passado errado, mas agora temos que assumir, sim, a nossa parte de culpa.

Tem a nova lei das OSS, que está aqui para ser votada. Ela virá. Colocamos doze emendas.

Agradeço cada Deputado que participou dessa CPI; que visitou a sua região; que sofreu junto comigo; que recebe telefonemas dos seus hospitais regionais; que também se desespera com os profissionais que recebem pessoas em macas nos corredores, nas necessidades, que sofrem juntos.

Sofremos juntos, senhores e senhoras! Ninguém aqui é coração de pedra! Aqui tem pais, mães, avôs e avós que sabem a necessidade de cada um.

Vamos nos juntar, sim! Vamos juntos achar a solução necessária para fazer o que tem que ser feito agora, pagar as unidades, normalizar os atendimentos, diminuir a judicialização.

Ali apresenta proposta, senhores e senhoras, que precisaremos mais do que nunca da coragem do Legislativo apoiar as ações que essa CPI aponta.

Conclamo os senhores e as senhoras para sermos corajosos junto ao Governo do Estado, que já tem a sua marca de coragem, para fazermos enfrentamentos. Não será fácil. Não existe receita fácil, porque os remédios amargos devem ser os primeiros e lá atrás não deram os remédios amargos. Agora será necessário para depois, com estrutura certa, com gestão correta, darmos os remédios mais palatáveis, fáceis de serem digeridos e deglutidos.

O Sr. Carlos Avalone – Concede-me um aparte, Deputado Dr. Leonardo?

O SR. DR. LEONARDO - Concedo um aparte ao Deputado Carlos Avalone.

O Sr. Carlos Avalone - Deputado Dr. Leonardo, parabéns pela condução da CPI!

Vossa Excelência disse na sua fala que não estava aqui e realmente não estava em 2012, 2013 e 2014. Eu estava. Eu estava e fiz uma Audiência Pública aqui sobre as OSS. Uma Audiência Pública que eu consegui trazer aqui um grande amigo, grande sanitarista, grande médico Júlio Muller, que veio depois de eu insistir muito com ele - ele estava comandando uma área na Universidade Federal de Mato Grosso - para ajudar a discutir e dar a sua opinião. Veio também o Subsecretário de Saúde na época, do Governo anterior. E o Subsecretário aqui, no meio da discussão, chegou a agredir verbalmente o Secretário Júlio Muller, dizendo que era um absurdo ficar discutindo a questão das OSS, que a melhor solução era aquela naquele momento, e foi agressivo com o Secretário. Ali o Secretário deixou claro, falou: “Com a minha experiência, da forma como estão conduzindo isso. Isso vai terminar em CPI; isso vai terminar em escândalo; isso não vai dar certo”. Ele fez a regionalização da saúde no Estado; ele acompanhou isso no Governo Dante de Oliveira e percebeu que ali se estava começando a cometer um equívoco.

Depois, em 2012, Deputado, no orçamento de 2012 nós relatamos que naquele momento o orçamento de 2011 era maior do que o orçamento de 2012 na saúde, que o recurso não era suficiente para aquilo que estava acontecendo. E isto foi dito nesta Casa.

Ontem, eu fiquei sabendo que a Deputada Janaina Riva recolocou, nesta Casa, em discussão novamente a Lei de Eficiência Pública. Lei essa que numa reunião de Colégio de Líderes discutia-se, naquele momento, um grande movimento que nós Deputados fazíamos, porque entendíamos que o Estado estava fora de controle. E ali alguns Deputados começaram a sugerir: “Vamos acabar com a Secretaria de Esportes; vamos acabar com a Secretaria de Cultura; vamos acabar com a Secretaria tal. ” Difícil!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

Eu participei de uma grande reforma do Estado que foi em 95. Não é bem acabando com Secretarias que resolvemos a questão do tamanho do Estado. Naquele momento, o Dante acabou com a CEMAT, SANEMAT, CASEMAT, BEMAT e mesmo assim criou duas Secretarias, justamente, a Secretaria de Cultura e de Turismo. Por quê? Porque é a forma que você conduz e não só o tamanho e como vai cancelar. Aí eu sugeri: vamos contratar uma consultoria. E o ex-Presidente Riva disse: “Avalone, sugere o nome de alguém para essa consultoria”, e nós sugerimos o nome do Economista Paulo Rabello de Castro.

Paulo Rabello de Castro, num estudo que depois foi feito junto com a AMM, que eu ao sair da Assembleia Legislativa fui fazer parte do grupo, montamos a questão da Lei de Eficiência Pública, que deu entrada nesta Casa pelas Lideranças Partidárias, levamos pessoalmente ao Governador Silval Barbosa e levamos a todos os Poderes. Apresentamos com a participação do Valter Albano e eu fico muito feliz e infeliz, porque ela não progrediu, não andou...(TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Concedo mais três minutos para concluir.

O Sr. Carlos Avalone – Muito obrigado.

Naquele momento, ela não foi para frente. Porém, agora, graças à iniciativa da Deputada Janaina Riva, a Lei voltou. Ela colocou a Lei aqui, que era de autoria das Lideranças Partidárias, para que fosse discutida.

Hoje há um grupo de trabalho... Ontem, eu estive reunido com o Conselheiro Valter Albano e ela está avançando, existem propostas, mas é dessa forma que nós vamos corrigir.

Os erros, o senhor tem razão, Deputado, aconteceram no passado e este Governo terá que corrigi-los e a Lei de Eficiência, sem dúvida nenhuma, é uma iniciativa que vai fazer isso.

Mas na área da saúde o senhor está de parabéns! A CPI está de parabéns em levantar todos esses escândalos. Essa má destinação do dinheiro público na saúde é, sem dúvida, muitas das causas que estão acontecendo hoje no momento.

Muito obrigado.

O SR. DR. LEONARDO – Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Carlos Avalone...

Quero dizer, Sr. Presidente, para encerrar este momento, que dedico este trabalho *in memoriam* a Thomaz de Barros Cavalcanti Neto, que era servidor da Secretaria Estadual de Saúde, foi meu chefe de gabinete e muito contribuiu.

Cada cidadão do Estado de Mato Grosso que sofreu junto comigo naquele hospital no qual eu estava ou em qualquer outro rincão do Estado de Mato Grosso necessitando de atendimento, havia um médico, do outro lado da cidade, em Cáceres, trabalhando, sofrendo junto, tentando fazer aquilo que era minha função. E sempre procurei fazer mais, porque sempre sofri e vivenciei a dor do outro como se fosse meu pai, minha mãe, meu irmão, como se ali fosse o meu filho naquele momento.

Sofremos juntos, choramos bastante, conseguimos salvar muitos, outros não por não ser da vontade de Deus. Alguns vieram a falecer nos meus braços, com a família ao lado, mas sempre com a consciência de fazer o que era possível, o que era melhor. Sempre saí do hospital com a consciência tranquila, com a alma cheia de alegria, mesmo apesar dos pesares, porque sabia do entendimento sempre da vontade de Deus e que havia sido feito meu o possível.

Sempre trouxe comigo a honra de ser profissional de saúde, de ser médico e respeitar todos os meus colegas enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes administrativos, agentes da limpeza e trabalhar em harmonia.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Cheguei aqui, cumpro esta função de Deputado, e deixo a vocês esse trabalho dos meus companheiros e amigos nos corredores dos hospitais regionais ou qualquer hospital do Estado de Mato Grosso, aqueles que nós visitamos, o meu muito obrigado.

Obrigado a você cidadão. Sei do sofrimento de cada um e é por vocês que estamos aqui, é por vocês, aquelas vozes roucas escondidas nas ruas, que não ecoam e fazemos ecoar nesta Tribuna. É para isso que existe o Parlamento, é por isso que existimos aqui.

Agradeço a cada um dos senhores e senhoras e vamos em frente.

Será entregue ao Governador do Estado de Mato Grosso, ao Secretário Estadual de Saúde, aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, porque requer mais investigações alguns dinheiros que passaram por outros Estados e algumas denúncias que não conseguimos ou não era competência da CPI, mas serão encaminhados os volumes com mais de trinta mil páginas para que as autoridades tomem suas providências.

Aqueles que forem culpados, senhores e senhoras, aqueles que cometeram ilícitos, que vão para a cadeia e paguem.

Chega de sofrimento! Que viva dias melhores o Estado de Mato Grosso!

Vamos virar esta página em Deus. Contem com os Deputados, principalmente com este Deputado que aqui fala, Deputado Dr. Leonardo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao expediente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Em discussão única, Projeto de Resolução nº 231/16, de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que concede o Título de Cidadão Mato-Grossense ao senhor Ari Pozzolo. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 232/16, de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que concede o Título de Cidadão Mato-Grossense ao senhor Antônio Francisco Tasso. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 233/16, de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que concede o Título de Cidadão Mato-Grossense ao senhor Antônio Marinho de Sousa Fortaleza. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 234/16, de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que concede o Título de Cidadão Mato-Grossense ao senhor Olindo Pasinato Neto. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 235/16, de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que concede o Título de Cidadão Mato-Grossense ao senhor Jair de Amorim Novaes. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Resolução nº 205/16, de autoria da Mesa Diretora, que revoga a Resolução nº 4.632/2016, de 09 de setembro de 2016. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Encaminha-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 327/16, de autoria do Deputado Max Russi, que altera dispositivo da Lei nº 7.958 de 25 de setembro de 2003 e dá outras providências. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o art. 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Encaminha-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 196/2015, de autoria do Deputado Wilson Santos, que dispõe sobre afixação nas salas de aulas dos estabelecimentos públicos e privados de ensino do Estado de Mato Grosso de cartazes contendo os avisos e o número do disque denúncia contra qualquer tipo de violência, abuso ou assédio sexual cometidos contra menores de idade. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto e à Emenda nº 01.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Como o Projeto já é do conhecimento de todos, procederemos à apreciação apenas do 1º e do último artigo.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o art. 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à Redação Final.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 42/2015, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe sobre a publicação na íntegra dos editais de licitação, nas modalidades concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão bem como na dispensa licitatória no âmbito do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública ao Projeto e à Emenda nº 01.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Sebastião Rezende – Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.

---

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Só para pedir a Vossa Excelência ler a ementa do Projeto para que todos saibamos o que está sendo votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – “Dispõe sobre a publicação na íntegra dos editais de licitação, nas modalidades concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão bem como na dispensa licitatória no âmbito do Estado de Mato Grosso. ” Com Parecer favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública, acatando a Emenda nº 01.

Continua em discussão o Parecer...

A Srª Janaina Riva – Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Com a palavra, pela Ordem, a Deputada Janaina Riva.

A SRª JANAINA RIVA – Solicito a verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Solicito ao Deputado Eduardo Botelho...

O Sr. Sebastião Rezende – Sr. Presidente, diante da pergunta da Deputada Janaina Riva, de repente daqui a pouco não terá oito Deputados e encerrar-se-á a Sessão, mas eu quero...

Eu posso, Deputada Janaina Riva? Vossa Excelência me permite fazer um comunicado antes da verificação do *quorum*?

A SRª JANAINA RIVA – Claro, Deputado! Fica à vontade!

Depois faremos a verificação de *quorum* para que não haja mais votação.

O Sr. Sebastião Rezende – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Com a palavra, o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Apenas para dizer, Srs. Deputados, que tivemos uma conversa com o Presidente da Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Execução Orçamentária, Deputado Zé Domingos Fraga, sobre o calendário de apreciação e votação da LDO para 2017.

Ficou acordado entre os Deputados da Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR, Dilmar Dal Bosco, Oscar Bezerra, Zeca Viana e Pedro Satélite, que nós faremos a primeira Audiência Pública no dia 18 de outubro de 2016. Portanto, na próxima terça-feira. E já deliberando como Relator da LDO na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Deputado Oscar Bezerra.

A LDO entrou na Casa no dia 31 de maio de 2016. Portanto, dia 18 de outubro de 2016, terça-feira, às 09h, nós teremos a Audiência Pública para tratar sobre a LDO, presidida pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, obviamente.

Convidamos todos os Srs. Deputados e toda a população para essa Audiência Pública.

No dia 20, às 14h, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária estará presidindo essa Audiência Pública. Dia 20 de outubro de 2016, às 14h.

Dia 18 de outubro de 2016 é o prazo limite para apresentação de Emendas.

Dia 19 de outubro de 2016, o Parecer preliminar para a LDO.

Dia 20 de outubro de 2016, o relatório das Comissões.

Dia 25 de outubro de 2016, o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e também da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Nós faremos um Parecer conjunto na Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação no dia 25 de outubro de 2016, às 14h.

Dia 25 de outubro de 2016 o Projeto, a priori, dentro do nosso calendário estará pronto para 1ª discussão. A 2ª discussão, dia 26 de outubro de 2016 também. Se não houver pedido de vistas obviamente estará pronto também para 2ª discussão.

Sr. Presidente, era este o comunicado que gostaria de fazer.

Agradeço e mais uma vez convido a todos para que no dia 18, na próxima terça-feira, às 09h, aqui na Assembleia Legislativa a primeira Audiência Pública sobre a LDO para 2017. E aí, a Mesa Diretora fará o convite, a convocação para todos os Secretários que estarão acompanhando essa Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Visivelmente não há quorum para votação.

Portanto, passemos às Explicações Pessoais.

Antes, eu quero cumprimentar e parabenizar, em nome do nosso Procurador Dr. Grhegory Paiva, toda a nossa Procuradoria, por elaborarem um Projeto de Resolução, que já está tramitando nesta Casa, em que qualquer diligência a ser efetuada, tem que passar, primeiro, pela Procuradoria para que não sejam surpreendidos os Parlamentares e os servidores aqui desta Casa.

Então, eu quero, em nome do Dr. Grhegory Paiva e da Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia, parabenizar a nossa Procuradoria.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Silvano Amaral.

O SR. SILVANO AMARAL - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, nobres colegas Deputados.

Eu só quero fazer uso da palavra, Sr. Presidente, para saudar e dizer da minha alegria por termos tirado do papel e realizado, Deputado Valdir Barranco, e comemorar definitivamente o acerto que foi feito da gleba Japurana, em Nova Bandeirantes.

Sr. Presidente, em um acerto hoje com o Presidente Nacional do INCRA, Xavier Leônidas Dallagnol, ou melhor, com o Sr. Leonardo Góes Silva, Presidente do Nacional do INCRA, foi feito o acerto definitivo da Gleba Japurana, que há muito tempo se arrasta e agora saiu do papel. As pessoas viviam, o Deputado Valdir Barranco sabe disso, conhece a história, viviam com medo de ser despejado. E agora, com uma intervenção especial dos Deputados Federais Carlos Bezerra e Valtenir Pereira, que há muito tempo acompanhavam esse projeto, foi possível fazer o acerto com o Sr. Xavier Leônidas Dallagnol, que é o proprietário da área, são vinte e sete mil hectares, vai fazer o assentamento definitivo, vai trazer tranquilidade para mais de mil e quinhentas famílias lá no Município de Nova Bandeirantes. Um acerto feito com o INCRA nacional, com a presença da Bancada Federal de Mato Grosso, e que até o final do ano vai fazer o pagamento definitivo ao proprietário da área. Mas já fica definido, já fica certo, está definido em um acerto, em um contrato com o INCRA nacional para que isso possa trazer a tranquilidade aos companheiros assentados que lá vivem há mais de vinte anos.

Então, era isso, Sr. Presidente, quero partilhar com os colegas Deputados essa alegria de ter a tranquilidade desses nobres companheiros, cidadãos que lá vivem há muito tempo e que precisavam dessa tranquilidade para poder, definitivamente, ter a sua terra junto aos assentados e agora nós vamos partir para a questão da regularização fundiária.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

Boa noite a todos!

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Max Russi e Oscar Bezerra; da Bancada do Partido Social Democrático -

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA**  
**LEGISLATURA DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 17H.**

---

Nininho, Gilmar Fabris, Zé Domingos Fraga, Pedro Satélite e Dr. Leonardo; da Bancada do Bloco Independente - Romoaldo Júnior, Janaína Riva, Silvano Amaral e Zeca Viana; da Bancada do Bloco Social Democrata - Carlos Avalone, Jajah Neves e Dilmar Dal Bosco; da Bancada do Bloco Trabalhista Social Cristão - Sebastião Rezende; da Bancada do Partido Solidariedade - Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Valdir Barranco.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Mauro Savi e Eduardo Botelho, do PSB; Wagner Ramo, do PSD; Emanuel Pinheiro (LICENCIADO), do Bloco Independente; Guilherme Maluf (MISSÃO OFICIAL) e Baiano Filho, do Bloco Social Democrata; Wancley Carvalho, do PV.

Declaro levantada a presente Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Nerissa Noujain Salomão Santos;
  - Rosilene Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.